DOI: 10.12957/demetra.2018.25310

O campo da alimentação e nutrição: um ensaio sobre a expansão dos cursos de graduação em nutrição no cenário atual da universidade brasileira

The food and nutrition field: an essay on the expansion of nutrition undergraduate courses in the current brazilian university scenario

Paula Machado[1]
Maria Claudia Veiga Soares Carvalho[1,2]
Francisco Romão Ferreira[1]

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição, Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (NECTAR). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Correspondência / *Correspondence*
Paula Machado
E-mail: machadons1981@gmail.com

Resumo

A profissão de nutricionista está inserida na lógica das políticas de Estado, que envolve um jogo de interesses econômicos, sociais e políticos. Uma grande expansão nos cursos de graduação tem sido observada no país, principalmente nas instituições de ensino privado. O sistema universitário foi incorporado pela economia de mercado capitalista global, e a Alimentação e Nutrição, como campo científico, vem se desenvolvendo nesse cenário. O presente ensaio tem por objetivo discutir a expansão dos cursos de graduação em Nutrição no momento atual das instituições de ensino superior e seus impactos sobre a formação do nutricionista. Uma pesquisa analítica e crítica foi desenvolvida a partir de análise documental, identificando elementos de um jogo simbólico que perpassa essa trajetória, orientando o processo de análise. Verificamos acelerada expansão das instituições de ensino superior com fins lucrativos no Brasil, que apresentou impactos no campo da Alimentação e Nutrição, tanto na expansão dos cursos de graduação em Nutrição quanto no modelo de ensino profissionalizante adotado voltado a atender aos interesses econômicos.

Palavras-chave: Nutricionista. Formação. Educação. Universidade.

Abstract

The profession of nutritionist is embedded in the logic of State policies, which involves a set of economic, social and political interests. There has been significant expansion in these

undergraduate courses in the country, mainly in private education institutions. The university system was incorporated by the global capitalist market economy; thus, Food and Nutrition has been developed as scientific field in this scenario. The aim of the present study is to address the expansion of Nutrition undergraduate courses in the current scenario of higher education institutions, as well as to analyze its impacts on nutritionist formation. An analytical and critical research was developed based on documentary analysis in order to identify elements of a symbolic game that covers this journey, as well as to guide the analysis process. Results suggested the accelerated expansion of for-profit higher education institutions in Brazil, which had impact on the Food and Nutrition field, both on the expansion of Nutrition undergraduate courses and on the professional education model adopted to meet economic interests.

Keywords: Nutritionists. Formation. Education. University.

Introdução

Este ensaio busca discutir a expansão dos cursos de graduação em Nutrição no momento atual das instituições de ensino superior (IES) e alguns de seus impactos sobre a formação do nutricionista.

No Brasil, a origem da profissão de nutricionista, em meados do século XX, está inserida na lógica das políticas de Estado, seja para formar profissionais voltados ao atendimento individualizado, curativo e hospitalar, seja para atender à política populista marcada pelo assistencialismo como forma de manutenção de poder, fornecendo alimentação de baixo custo às camadas mais populares; ou então, utilizando a alimentação como um instrumento de manipulação das classes sociais menos favorecidas, ao ampliar a exploração dos trabalhadores através do aumento de sua produtividade.[1,2] A perspectiva deste ensaio leva em conta os interesses econômicos, sociais e políticos em abordagem construída a partir de análise documental que, orientando o processo de análise, busca identificar elementos de um jogo simbólico que perpassa essa trajetória.

Um aspecto atual que influencia a formação do nutricionista é a forte presença do setor privado com fins lucrativos na educação superior no Brasil. Com exceção dos importantes investimentos na criação de novas universidades públicas e ampliação do número de vagas nas já existentes, como política governamental no período aproximado de 2003 a 2016, assistimos, nas últimas décadas, a importante redução nos recursos para expansão e manutenção das IES públicas, simultaneamente à forte expansão das IES privadas.[3]

De acordo com a Associação Brasileira de Nutrição,[4] havia, em 2017, 431 cursos de graduação em Nutrição, sendo 80% em IES privadas, o que desloca significativamente o equilíbrio da relação público-privada no campo da Alimentação e Nutrição em favor dos ganhos no mercado, como referência nada desprezível quando o assunto reside na formação em nível superior. Outro aspecto que precisa ser considerado nesse cenário é a recente deterioração do mercado de trabalho, que apresenta alto índice de desemprego e limitadas condições de trabalho, modificando a inserção profissional do egresso dos cursos de graduação. Assim, o ensino torna-se quase que integralmente voltado para a prática profissional, sem ênfase na formação do saber e da multidisciplinaridade.[5] Esta nova perspectiva agora dá o tom para o pragmatismo da formação profissional.

Essas transformações foram ocorrendo ao longo da constituição do campo da Alimentação e Nutrição. O primeiro curso de Nutrição tem suas origens em 1939, no período do Estado Nacional Populista do governo de Getúlio Vargas, inserido no Instituto de Higiene de São Paulo, atual curso de graduação em Nutrição do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Até o ano 1969, verificamos a existência de sete cursos de graduação em Nutrição, todos em instituições públicas de ensino superior.[6,7]

A partir da década de 1970, verificamos intenso crescimento dos cursos de graduação em Nutrição, o que, em algum grau, articula-se às ações governamentais que se encontram expressas, por exemplo, no discurso presente do texto do II Programa de Alimentação e Nutrição, que trazia nas suas diretrizes o estímulo à capacitação de recursos humanos e a expansão dos cursos de graduação em Nutrição no Brasil.[8,9] Mas esta expansão não se deu somente no campo da Alimentação e Nutrição, marcando todo o ensino superior do Brasil, que passava pela Reforma Universitária instituída em 1968 (Lei nº 5.540) e determinou a abertura de cursos em todas as áreas de conhecimento, instituindo um modelo de organização único para universidades públicas e privadas, garantindo-lhes a autonomia didático-científica, administrativa e financeira – ainda que esta última tenha ficado, em muitas situações, somente no plano das palavras em textos oficiais.

No período de 1970 a 1996, foram criados mais 38 cursos de graduação em Nutrição. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacion, em 1996,[9] que concedeu maior autonomia às universidades e centros universitários para criar, organizar e extinguir cursos de graduação, verificamos o incremento de mais 330 cursos, totalizando 375 no ano de 2013, sendo 295 em instituições de ensino privado e em 80 em instituições públicas, conforme apresentado na figura abaixo.[10-12]

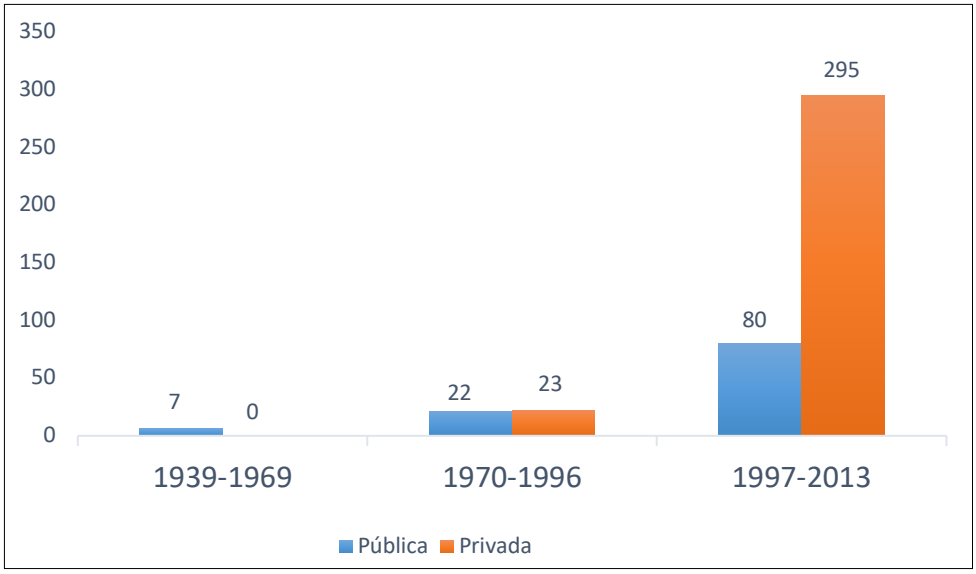

Figura 1. Número de cursos presenciais de graduação em Nutrição no Brasil existentes por períodos históricos

Fontes: Haddad (2005) e MEC (2015)

Em uma visão mais atenta aos problemas sociais marcantes na trajetória histórica do país, a educação superior tem impacto para a sociedade em geral, destacando-se as dimensões social, cultural e econômica. A formação em nível superior pode desempenhar papel relevante ao atuar na construção de soluções de problemas existentes, como na ampliação da cidadania, redução da pobreza e melhoria da saúde, por exemplo.[13] Essa perspectiva contrasta de modo importante com a ampliação de vagas em diferentes cursos em universidades públicas e privadas, e tem sido concebida como instrumento de política social no Brasil quando adota, predominantemente, o modelo de educação superior de forte cunho técnico, voltado à formação de mão de obra para atender estritamente ao mercado de trabalho.

Em uma visão mais realista, podemos pensar que os campos da Educação, da formação profissional e das Ciências da Saúde fazem parte das políticas de Estado que predominam e se orientam por um jogo de interesses presentes nas estratégias dos investimentos do capitalismo global e/ou local. Outros setores, como a Arte e a Indústria Cultural, também formam esse movimento de produção e substituição da força de trabalho, enquanto os cursos do campo da Saúde cuidam de sua manutenção. Deste modo, cultura, arte, educação e formação profissional são ferramentas que tanto podem servir à inclusão como à exclusão social: elas são parte do sistema e das estratégias do Estado.

O Plano Nacional de Educação tem como meta elevar a taxa de matrícula na educação superior para 33% da população de 18 a 24 anos até 2020. Para isto, o Ministério da Educação adotou medidas que impulsionaram o crescimento das IES privadas, como o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES), criado em 1999, e o Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2004, voltados para alunos de baixa renda, concedendo financiamento ou bolsa de estudo para que eles tenham acesso ao ensino superior em instituições privadas de educação superior.[12-14]

A produção de conhecimentos nesses campos traduz, então, formas de organização e administração do aparelho do Estado. O crescimento vertiginoso das IES privadas nas últimas décadas, representado na figura 1, demonstra que o campo da formação profissional está se transformando muito rapidamente, mas com ritmos diferentes nas diferentes áreas de formação. Isto significa que o ensino sofre hoje uma pressão maior do setor privado de formação profissional em Nutrição, que se reflete no campo da Alimentação e Nutrição deslocando as posições dos agentes sociais.

Tomamos aqui o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu, que pode ser definido como uma rede ou um conjunto de relações objetivas entre posições definidas a partir das diferentes posições que os atores (sujeitos, agentes ou instituições) ocupam em determinada situação (atual ou potencial) na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital).[15] A posse de capitais diversos proporciona uma posição hierárquica (dominação, subordinação, dependência, homologia, etc.) em relação aos outros atores que participam do mesmo jogo.

No campo da Alimentação e Nutrição, podemos supor que a aproximação com os interesses do mercado e de setores ligados ao saber biomédico determinam a direção da pesquisa e a formação de docentes e novos profissionais, reconfigurando o campo que, em seus primórdios, encontrava-se fortemente vinculado a ações oriundas do Estado, como inserção profissional em universidades, hospitais e restaurantes públicos.

Esse poder hierárquico que estrutura as ações e define as relações entre os agentes institucionais no campo reflete a dinâmica das posições e das relações de poder próprias a cada agente. O crescimento dos cursos de graduação em Nutrição, diante do ritmo de crescimento dos cursos superiores em geral, tem significados que ultrapassam as fronteiras do próprio campo. Hoje, os cursos se organizam a partir de demanda do mercado porque a política de educação "privatizadora" segue uma tendência liberal que joga a ênfase no mercado como um sistema que organiza, auto-organiza e reorganiza o próprio universo dos campos de saberes. O Estado, como agente, vai se retirando deste lugar, permitindo que as relações sociais aconteçam em função de um movimento mais difuso de micropoderes. Os alunos buscam cursos que os posicionem melhor dentro do mercado de trabalho e destas exigências e que também atendam aos interesses subjetivos de prestígio e capital social, além da empregabilidade cada vez mais orientada para a iniciativa privada.

Os processos de industrialização da ciência, de mercantilização da formação profissional e da precarização da força de trabalho se refletem, cada um a seu modo, nos compromissos desses campos com os núcleos de decisão do poder econômico, social e político assumidos pelas instituições de ensino, que cada vez mais vão influenciar, direcionar e definir as "prioridades" do pensamento científico em cada campo ou área profissional.

A formação profissional em Nutrição acontece em meio a diálogos, conflitos, paradoxos, contradições e disputas por poder com os outros campos científicos ao redor. A assimetria entre os ritmos de crescimento entre os diferentes campos e a grande diferença entre os meios de formação profissional públicos e/ou privados coloca questões que devem ser problematizadas pelos profissionais do próprio campo.

Movimento de expansão do ensino superior no Brasil

É possível perceber, desde a década de 1980, uma clara mudança de prioridade antes conferida à universidade pública nas políticas públicas do Estado induzidas pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido como "neoliberalismo". A Constituição de 1988 abriu as portas para os grandes grupos educacionais, ao permitir que a atividade de educação gerasse lucro, o que se espera numa sociedade capitalista, atraindo a entrada de capital estrangeiro e transformando o país num atrativo mercado para investidores de todo o mundo.

O sistema universitário foi incorporado pela economia de mercado capitalista global, modificando o espírito da universidade que, hoje, busca satisfazer seus "clientes" e o mercado de trabalho, com o lançamento de novos cursos, acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, diferentes modalidades (presencial, semipresencial e a distância) que otimizam a venda destes produtos. Para Boaventura de Souza Santos,[16]

> [...] os dois processos marcantes desta década – o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. Este projeto, que se pretende de médio e longo prazo, comporta diferentes níveis e formas de mercadorização da sociedade (Santos, 2004. p. 21).[16]

Este crescimento, então, atrelado a interesses do mercado e do capitalismo global, vem disseminando no mundo social suas demandas econômicas, políticas e estratégicas. A Educação passa a ser pensada como um produto, um negócio rentável (ou não), uma *commodity* comercial como qualquer outra em uma carteira de investimentos.

Recente movimento de fusões e aquisições no segmento do ensino superior brasileiro tem se concentrado nas mãos de poucos grupos, formando gigantes do ensino privado. A Alimentação e Nutrição, como um campo científico, está também sujeito às mesmas situações que priorizam as demandas de mercado de trabalho deteriorado em detrimento da iniciativa pública de formação de nutricionistas para enfrentar questões sociais, seja no âmbito do mercado de trabalho ou do mercado de produção de alimentos.

Bourdieu[17] afirma que o campo científico é um espaço social de forças e, como tal, a dinâmica e a importância social de seus atores influenciam o que ele pode ou não fazer. É a posição que eles ocupam na estrutura social que determina ou orienta suas tomadas de posição. A estruturação interna do campo pode ser pensada a partir da distribuição do capital científico dentro do campo, sem perder de vista que também sofre influência de forças externas. Segundo o autor, os agentes (indivíduos ou instituições), caracterizados pelo volume de seu capital, agem sobre e são objeto de ação da estrutura do campo em proporção à sua condição de se posicionar. Tudo isso depende de relações entre agentes – para ocupar uma posição, um agente interfere nos posicionamentos dos demais e, uma vez que o espaço é concorrencial, a hierarquia de posições favorece a ação e a autonomia daqueles que conquistam mais distinção social no campo.

Deste modo, os processos de construção dos cursos de graduação na Nutrição, a concentração e valorização de determinadas disciplinas nas grades curriculares, a construção de perfis mais voltados para o mercado de trabalho e interesses do mercado vão influenciar e definir o tipo de profissional que se quer formar e o tipo de olhar que se quer construir.

Formação do nutricionista no mundo contemporâneo

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Nutrição[18,19] propõem a formação de um profissional mais atento às questões sociais, capacitado para uma assistência em saúde com abordagem integral, interdisciplinar, multiprofissional e equitativa. Demandam uma série de novos conteúdos nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Nutrição que incluem a valorização do Sistema Único de Saúde (SUS), a diversidade regional e a realidade cultural, política e econômica.[20-23]

A despeito desses discursos recorrentes em uma infinidade de documentos oficiais, o ensino superior em Nutrição tem sofrido muitos questionamentos sobre sua competência de formar esses profissionais capazes de atuar de forma crítica e reflexiva perante aos problemas da sociedade. Hoje, na formação do nutricionista, são estimuladas práticas pedagógicas que desde o início da formação aproximem os alunos a realidade das pessoas e dos serviços assistenciais, em particular, no interior do SUS e da rede pública de escolas de ensino fundamental e médio, por meio da articulação de ensino, pesquisa e extensão.[18]

A dinâmica atual da formação graduada em Nutrição traz à tona as lutas internas e as disputas dentro das universidades que ordenam suas relações sociais hierárquicas por departamentos associados a blocos de saberes e conteúdos programáticos. Há, nos cursos de graduação, elementos de discriminação e de distinção social envolvendo questões, tais como aquelas que dizem respeito a: gênero, étnicas e religiosas; relação com o mercado e conflitos de interesses desde a formação dos alunos; luta por espaço entre graduação, pós-graduação e extensão traduzidas, que correspondem a diferentes formas de capitalização e prestígio; disputas entre instituições públicas e privadas; competição entre as universidades privadas por fatias maiores do mercado de ensino e a entrada do capital internacional nesta disputa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais abordam novos cenários do ensino, indicando a necessidade de alteraro processo de ensino-aprendizagem, colocando o aluno como centro da aprendizagem e o professor agente como facilitador, mediador e motivador nessa construção.[24] Desta forma, é sinalizado que cabe ao professor estimular os alunos a discutir aspectos políticos da profissão e de seu exercício na sociedade, utilizar novas práticas pedagógicas e incorporar o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) aplicadas à educação com o objetivo de contribuir para a formação de um indivíduo crítico, criativo e ativo. Isso se constituiria como um elemento fundamental de conscientização, democratização e universalização do conhecimento.

No entanto, estudos realizados com professores de Nutrição identificaram dificuldade para implantar metodologias ativas de ensino-aprendizagem e avaliar competências e habilidades, constatando a necessidade da formação pedagógica para a mudança de práticas de ensino no curso de Nutrição.[25,26]

Outros problemas estão presentes, como o processo de avaliação na formação, quando se baseia na competência, no mérito e na produtividade como categorias orientadoras das condições docentes e discentes. Há ainda outros elementos presentes nesse processo que nem sempre ficam evidentes, como quando se toma por indicadores de qualificação a inserção no mercado de trabalho. No caso de profissionais que desempenham atividades ligadas a serviços em geral, estão envolvidas as lutas por cargos, salários e financiamentos, a valorização de parâmetros quantitativos de produção e inserção no mercado, a perda de autonomia nas pesquisas, a desvalorização das Humanidades como elemento importante da formação e a aceitação dos financiamentos privados para complementação salarial ou compra de equipamentos para pesquisa.

No que concerne ao uso das tecnologias de informação e comunicação, é fundamental observar os cenários em que estão sendo implementadas. Elas podem ser utilizadas tanto para reforçar práticas democráticas quanto para reiterar o poder e o controle social.[27] O uso dessas tecnologias pode levar à precarização da formação, exigindo cuidados e critérios claros em sua implementação, de modo a evitar como consequência uma formação limitada, tecnicista, superficial, sem crítica e desumana. Exatamente o oposto do apregoado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A modernização nos sistemas educacionais, tanto do setor público como do privado, instala um processo de precarização que reforça continuamente a subjugação dos docentes à necessidade de competitividade e produtividade.[28] A utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação também atua sobre o processo e condições de trabalho do docente. Apesar de reconhecer a importância da comunicação e tecnologia no mundo acadêmico, a institucionalização das ferramentas tecnológicas na prática docente tem reproduzido interesses produtivistas e imediatistas, estendendo a jornada do espaço tradicional da universidade ao espaço de lazer, invadindo o tempo que seria livre para atividades domésticas e da vida pessoal para produtos acadêmicos como artigos, aulas e projetos.

A habilidade tecnológica, atualmente, confere distinção social ao professor, articulada a um modo de produção na instituição, capitalizando simbolicamente esse docente. No entanto, a aplicação das TICs, cada vez mais normalizadas no segmento mercadológico da educação, obriga também o professor a se adequar à velocidade das transformações que ocorrem no seu ambiente de trabalho e a buscar as qualificações tecnológicas. E embora essas tecnologias se constituam como ferramenta fundamental e necessária nas relações de trabalho, muitas vezes seu uso tem expressado uma obediência cega às regras de um jogo produtivista globalizado porque se apresenta como uma tecnologia alienada de um pensar reflexivo, o que compromete a autonomia do professor sobre sua prática.[29]

A expansão dos cursos de Nutrição ocorreu, principalmente, pelas IES privadas; assim, a formação tende a responder aos interesses comerciais. Para discutir e desconstruir as premissas da formação do nutricionista, as condições de trabalho, capacitação e educação permanente dos docentes devem ser examinadas, além do currículo, processo ensino-aprendizagem e avaliações, analisando os possíveis avanços, retrocessos, acertos, incoerências, lacunas e perspectivas da profissão.[16,18]

Considerações finais

Nas duas últimas décadas, verificamos acelerada expansão das instituições de ensino superior com fins lucrativos no Brasil, o que foi estimulado pelas políticas de educação implementadas. Hoje, elas representam a maioria no ensino superior no país. Esse movimento apresentou impactos no campo da Alimentação e Nutrição, tanto na expansão dos cursos de graduação em Nutrição, quanto no modelo de ensino profissionalizante adotado, voltado a atender aos interesses econômicos.

Considerando a grande expansão da ciência da Nutrição e da atuação do nutricionista, e tendo em conta o contexto condicionado pelas atuais políticas públicas, é necessário discutir a formação dos professores de Nutrição, visando à formação de nutricionistas preparados para compreender, analisar e intervir na busca da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional como direito de cidadania.

Retomando a afirmação da DCN, de que "o profissional nutricionista deve ter uma formação generalista, humanista e crítica", as perguntas que nortearam este texto continuam sem respostas. Será que a formação em Nutrição caminha nesta direção? Estamos mesmo formando profissionais generalistas, humanistas e críticos?

Colaboradores

Machado PAN, Carvalho MCVS e Ferreira FR participaram de todas as etapas, desde a concepção do estudo até a revisão da versão final do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

1. Vasconcelos FAG. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Rev Nutr. 2005; 18(4):439-457.
2. Costa NMSC. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do nutricionista no Brasil. Rev Nutr. 1999; 12(1):5-19.
3. Amaral NC. Financiamento da educação superior: estado x mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP; 2003.
4. ASBRAN - Associação Brasileira de Alimentação e Nutrição. Disponível em: http://www.asbran.org.br/
5. Nunes ED, Ferreto LED, Oliveira ALO, Castellanos M. O campo da Saúde Coletiva na perspectiva das disciplinas. Ciênc Saúde Coletiva. 2010; 15(4):1917-1922.
6. Vasconcelos FAG. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. Rev Nutr. 2002; 15(2):127-138.
7. Motta DG, Oliveira MRM, Boog MCF. A formação universitária em Nutrição. Pro-Posições. 2003; 14(1):69-85.
8. Canesqui AM, Garcia RWD. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2005.
9. Brasil. Senado Federal. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 23 dez. 1996.
10. Haddad AE, Pierantoni CR, Ristoffi D, Xavier IM, Giolo J, Silva LB, organizadores. A trajetória dos cursos da área da saúde: 1991 a 2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2006.
11. Calado CLA. A expansão dos cursos de nutrição no Brasil e a nova lei de diretrizes e bases - LDB. [Internet]. Disponível em: http://crn9.org.br/content/uploads/2014/09/expansao.pdf
12. Brasil. Ministério da Educação. Microdados do ENADE 2013. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2015.

13. Nunes EO. Educação superior no Brasil: estudos, debates, controvérsias. Rio de Janeiro: Garamond; 2012.

14. Barros ASX. Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades. Educação & Sociedade. 2015; 36(131):361-390.

15. Bourdieu P. Homus academicus. 2 ed. Florianópolis: Editora UFSC; 2013.

16. Santos BS. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez; 2010.

17. Bourdieu P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP; 2004.

18. Soares NT, Aguiar AC. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. Rev Nutr. 2010; 23(5):895-905.

19. Brasil. Resolução CNE/CES Nº 5, de 7 de novembro de 2001. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em nutrição. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf

20. Pinheiro ARO, Recine E, Alencar B, Fagundes AA, Sousa JS, Monteiro RA et al. Percepção de professores e estudantes em relação ao perfil de formação de nutricionista em saúde pública. Rev Nutr. 2012; 25(5):631-643.

21. Costa NMSC. Formação pedagógica de professores de nutrição: uma omissão consentida? Rev Nutr. 2009; 22(1):97-104.

22. Amorim STSP, Moreira H, Carraro TE. A formação de pediatras e nutricionistas: a dimensão humana. Rev Nutr. 2001; 14(2):111-118.

23. Recine E, Gomes RCF, Fagundes AA, Pinheiro ARO, Teixeira BA, Sousa JS, et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. Rev Nutr. 2012; 25(1):21-33.

24. Banduk MLS, Ruiz-Moreno L, Batista NA. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. Interface – Comunicação, Saúde e Educação. 2009; 13(28):111-120.

25. Cardoso CGLV, Silva AS, Vargas GJ, Passos XS. O papel dos docentes na formação de novos professores de Nutrição. Revista Brasileira de Educação Médica. 2014; 38(3): 367-371.

26. Costa EQ, Ribeiro VMB. Análise de um processo de reforma curricular vivenciado por professores formadores de nutricionistas. Ciência & Educação. 2012; 18(3):657-673.

27. Zuim AAS. O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. Educação & Sociedade. 2010; 31(112):961-980.

28. Souza AN. Professores, modernização e precarização. In: Antunes R, organizador. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo; 2013. p. 217-227.

29. Almeida AS, Wolff S. A industrialização da educação dinâmica do capitalismo contemporâneo. In: Antunes R, organizador. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo; 2013.

Recebido: 07 de maio de 2017
Revisado: 08 de outubro, 2018
Aceito: 12 de outubro de 2018